



# A violência que atinge adolescentes e jovens de uma região do Espírito Santo

*Violence that affects adolescents and young people of a region of Espírito Santo, Brazil*

Edinete Maria Rosa<sup>[a]</sup>, Ery Euzébio dos Anjos<sup>[b]</sup>, Gutemberg Hespanha Brasil<sup>[c]</sup>,  
Karina de Andrade Fonseca<sup>[d]</sup>, Julia Alves Brasil<sup>[e]</sup>

## Resumo

**Objetivo:** Investigar como a violência tem afetado a vida de adolescentes e jovens de uma região composta por sete bairros considerada altamente violenta do estado do Espírito Santo. **Método:** A metodologia consistiu na realização de dois grupos focais com 13 participantes com idades entre 12 e 26 anos. **Resultados e discussões:** Os resultados indicam que há diferenças na percepção da violência. Entre os jovens esta se mostrou mais institucional, vinda principalmente da polícia, de forma discriminatória contra seu estilo de se vestir e seu local de moradia. Entre os adolescentes, a violência foi mais perceptível nas relações interpessoais entre os próprios moradores, nos espaços locais como a escola e/ou nos seus arredores e como fruto do envolvimento com drogas. **Considerações finais:** As soluções para a violência, segundo ambos os grupos, consistem em uma ação mais efetiva e preventiva da polícia, que até o momento tem se comportado de modo descomprometido com a comunidade local.

**Palavras-chave:** Violência. Adolescente, Jovem.

## Abstract

**Objective:** To investigate how violence has affected the lives of young people of a region – composed of seven districts – of Espírito Santo (Brazil) considered extremely violent. **Method:** The methodology consisted of two focus groups with 13 participants aged between 12 and 26 years. **Results and discussions:** The results indicate that there are differences in the perception of violence. Among the young it was perceived as institutional, coming mainly from the police, with discrimination against their dressing style and because of the place they live. Among adolescents it was most perceived in interpersonal relationships between the residents in local areas such as school and/or its surroundings and as a result of the involvement of drugs. **Conclusion:** The solutions to the violence, according to both groups, relates to a more effective and preventive police, which so far seems not engaged with local community.

**Keywords:** Violence. Adolescent. Young.

<sup>[a]</sup> Doutora em Psicologia Social, professora da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES - Brasil, e-mail: edineter@gmail.com

<sup>[b]</sup> Doutora em Sociologia Rural, professora da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES - Brasil, e-mail: eryanjos@uol.com.br

<sup>[c]</sup> Doutor em Engenharia Elétrica, professor da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES - Brasil, e-mail: ghbrasil@terra.com.br

<sup>[d]</sup> Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES - Brasil, e-mail: kandradefonseca@yahoo.com.br

<sup>[e]</sup> Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES - Brasil, e-mail: juliaalvesbrasil@gmail.com

Recebido: 27/06/2012  
Received: 06/27/2012

Aprovado: 15/11/2012  
Approved: 11/15/2012

## Introdução

Definir adolescência e juventude passou a ser um imperativo para as ciências humanas nas últimas décadas (Aguar, Bock & Ozella, 2001; Senna & Dessen, 2012). Ainda que não se tenha chegado a um consenso a respeito da definição desses termos, tem-se conseguido distanciamento de uma visão única e homogênea da adolescência e juventude colocando-se em pauta diversas variáveis que ao longo do tempo foram negligenciadas, como políticas públicas, questões de gênero, classe social e inserção social, com atenção para a diversidade social e cultural que o termo encerra. Essas variáveis dão o tom crítico com que os termos merecem ser tratados e afirmam que não há uma determinação natural do que venha a ser um adolescente ou jovem na sociedade atual (Bock, 2007). Senna e Dessen (2012) afirmam que foi a partir da adoção de modelos sistêmicos, ainda no século XX, que a adolescência passou a ser vista “como um conjunto de fatores inter-relacionados, de ordem individual, histórica e cultural” (p.101).

A despeito dessa desnaturalização da juventude por um grupo de pesquisadores, ainda ressoa em nossa sociedade científica, principalmente no senso comum, a ideia de juventude como uma categoria social que em essência é caracterizada por “impulsos de desordem urbana” (Gonçalves, 2005, p. 208), sendo responsabilizada por qualquer conduta que desto do desejo de ordem e estabilidade que permeia a sociedade como um todo. Como afirma a autora:

O vínculo entre juventude e criminalidade, estabelecido pelo funcionalismo nos anos de 1920, pode ser identificado ainda hoje em textos que falam da modernidade, da globalização e da violência na vida das metrópoles, propugnando um modelo de controle da criminalidade pautado pela atenção aos pequenos delitos e aos jovens transgressores (Gonçalves, 2005, p. 20)

Por isso, vemos o crescente interesse no estudo da juventude e da adolescência associado ao aumento da violência urbana, o que contribui para a criação no imaginário social da vinculação entre esses três termos. Contudo, quando se refere à violência sofrida e à violência praticada, a juventude é tratada como uma questão de classe e então diferencia-se a juventude que sofre com a violência e a juventude que causa a violência. O estereótipo do jovem-pobresociedade-violento (Pegoraro, 2002) permanece

como pano de fundo de muitas análises justificando a violência que objetiva diminuir as diferenças sociais pelo acesso ilícito aos bens de consumo.

Nesse universo a imprensa tem dado importante contribuição. Análises realizadas por Santos, Alessio e Silva (2009) das matérias publicadas nos três maiores jornais de circulação no estado de Pernambuco, cuja temática versava sobre a violência envolvendo jovens e adolescentes, mostraram que a violência é descrita de forma diferente conforme a classe social, sendo destacada a crueldade da violência que atinge jovens de classe média, a dor de suas famílias e a indignação da sociedade. Quando se trata da violência que atinge os jovens de classe popular, a imprensa a justifica como uma consequência dos seus próprios atos e escolhas, como as “más companhias” e o envolvimento com drogas.

Ao ouvir os adolescentes de escolas da rede pública de um município também do estado de Pernambuco a respeito de como eles representam a violência, Melo, Barros e Almeida (2011) perceberam que eles possuem uma visão otimista sobre suas vidas e as situações que a envolvem. Atribuíram sentimentos positivos à família e à própria vida e definiram violência como “uma atitude agressiva contra outra pessoa” (p. 4217), sendo as suas mais frequentes formas descritas como violência física, sexual, assaltos, roubos e latrocínios. Contudo, ainda foi observada, entre seus resultados, uma vinculação da juventude com a violência ao definirem as drogas como sua maior causa.

A despeito de muitas mortes violentas não serem contabilizadas entre os homicídios, estatísticas oficiais confirmam que a violência em forma de homicídios contra adolescentes e jovens continua crescendo no Brasil (Waiselfisk, 2011). Ela atinge prioritariamente aqueles na faixa etária de 15 a 24 anos, sendo as taxas de homicídio nesse segmento elevadas em mais de duas vezes se comparadas com as taxas da população não jovem. Além disso, no que se refere à raça e ao gênero das vítimas, os dados mostram uma vitimização maior de negros em comparação com os brancos, e de homens em comparação com as mulheres. Dado importante, no entanto, é que a vitimização de jovens brancos tem diminuído nos últimos 10 anos e a dos negros tem aumentado nesse mesmo período; diferente do que ocorre em relação ao gênero, visto que o homicídio tem crescido tanto para jovens do sexo feminino quanto para os de sexo masculino. No Espírito Santo,

por exemplo, o aumento dos homicídios de jovens do sexo feminino foi o mais representativo de todos os estados brasileiros, chegando em 2010 a uma taxa de 9,4 vítimas de homicídio para cada 100 mil mulheres (Waiselfisk, 2011).

Analisando dados referentes à mortalidade de jovens por causas externas em 16 países das Américas, a partir de informações oriundas do Banco de Dados da Organização Pan-Americana da Saúde, entre os anos 1980 e 1990, Yunes e Zubarew (1999) verificaram que em 10 dos 21 países com mais de um milhão de habitantes, o homicídio é a segunda causa de morte entre adolescentes de 15 a 24 anos, e em 17 ele está entre as cinco primeiras causas de morte. Os países com as maiores taxas de mortalidade por causas externas são, conforme os autores: Colômbia, El Salvador, Venezuela, Brasil e Porto Rico, sendo a Colômbia e o Brasil os países que apresentaram o maior crescimento nessas taxas nos anos analisados. Os autores ainda alertam para a extensão do fenômeno ao apresentar a estimativa da Organização Mundial de Saúde que aponta que “por cada criança e adolescente que morre de uma lesão traumática tem 15 que são severamente afetados e outros 30 a 40 que registram danos que requerem cuidados médicos, psicológicos e de reabilitação” (p. 104), o que nos dá uma dimensão do universo de crianças, adolescentes e jovens que são afetados pela violência em nossas cidades.

Se esses dados da dimensão do fenômeno já são assustadores, ainda mais perplexos ficamos quando nos deparamos com os dados a respeito do tratamento dado pela justiça aos casos de homicídios de adolescentes e jovens. Em 101 processos analisados por Kodato e Silva (2000) no município de Ribeirão Preto, São Paulo, que versavam sobre homicídios de adolescentes, em somente 43,56% a autoria do crime foi conhecida. As informações contidas nos processos eram escassas e em muitos não havia testemunhas, tudo isso “indicando que a morosidade e a inoperância da polícia legitimam a impunidade” (p. 510).

Essa caracterização brutal dos homicídios entre os jovens e sua exposição acrítica pelos meios de comunicação fazem que esta seja a forma mais visível e materializada de violência que atinge os adolescentes e jovens na atualidade. Contudo, quando falamos de violência não estamos falando somente de delinquência. A delinquência seria uma das formas de violência presente em nossa sociedade, como

afirma Minayo (1990), que “compreende roubos, furtos, sadismos, sequestros, pilhagens, tiroteios entre *gangs*, delitos sob o efeito do álcool, drogas etc.” (p. 290). Seus efeitos são claramente visíveis e danosos e, portanto, ressaltados pelos meios de comunicação como sendo a violência em si, o que obscurece suas verdadeiras raízes e contribui para seu crescimento dia após dia. O aumento da criminalidade, como afirma Minayo (1990), “se alimenta das desigualdades sociais, da alienação dos indivíduos, da desvalorização das normas e valores morais, do culto à força e ao machismo, do desejo do lucro fácil e da perda das referências culturais” (p. 290).

Portanto, nesta pesquisa nos apoiamos na definição de violência apresentada por Chauí (1999) que a define “como um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e ou psíquico **contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror**” (p. 3). A autora complementa dizendo que a violência “trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos e inertes ou passivos” (p. 3) se opondo à **ética** que se fundamenta em condutas baseadas em valores, orientadas pela escolha consciente, e “balizada pelas ideias de bem e mal, justo e injusto, virtude e vício” (p. 3).

Outra modalidade de violência vivenciada principalmente pelos adolescentes e que merece destaque é aquela ocorrida no espaço escolar e, portanto, nomeada de violência escolar. Pesquisando este tipo de violência Abromovay, Cunha e Calaf (2009) afirmam que, muitas vezes, o conflito entre adolescentes acaba por provocar ocorrências graves de desrespeito e violência. Os motivos para a violência, conforme as autoras, estão no “não reconhecimento, no outro, de indivíduo capaz de estabelecer diálogo” (p. 276) e no “não reconhecimento das instâncias superiores (sejam elas as equipes de direção, a justiça, a polícia ou quaisquer outras) como capazes de resolver e mediar situações de conflito” (*ibidem*). Nesses casos, “os alunos aparecem como atores envolvidos na enorme maioria das situações de violência que acontecem no ambiente escolar, seja como vítimas, algozes ou espectadores” (*ibidem*).

#### A região Nova Rosa da Penha

A região pesquisada é composta de sete bairros tidos como os mais violentos do município de Cariacica, estado do Espírito Santo. Por esse motivo ela foi incluída como uma das regiões a ser atendida pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).

O primeiro bairro da região foi formado no início da década de 1980 por pessoas que integravam o movimento social dos “Sem-Teto” após a decisão do governador de ceder a área de uma grande fazenda, em resposta à pressão social do movimento. Conforme informação de um antigo morador da região, a tentativa de organização popular sempre existiu desde a criação do bairro; contudo, muita violência marcou a vida dos moradores da região desde o início. Apesar de a organização popular contar com o apoio da Igreja Católica e de outros movimentos sociais organizados, logo após a construção das primeiras casas, os moradores receberam a primeira ordem de despejo pelos oficiais de justiça e pela polícia militar. Tiveram, então, suas casas destruídas e queimadas. Foram quatro despejos até o povo ocupar o palácio do governo.

Com os altos índices de violência e passadas mais de três décadas, a região continua com as mesmas reivindicações, principalmente em relação a questões de segurança pública e infraestrutura. Conforme os números do IBGE de 2000 e feita a projeção de crescimento da população do município – 1,35% ao ano até 2009 –, atualmente a região tem um total de 22.300 moradores, sendo 6.950 o total de jovens da localidade, aqueles que estão na faixa etária entre 15 e 29 anos (IJSN, 2009).

A região possui a maior parte das ruas sem infraestrutura adequada, com exceção daquelas por onde circulam os ônibus. Os equipamentos sociais também estão em condições que necessitam de restauração, principalmente os destinados aos esportes. O último levantamento oficial do Instituto Jones dos Santos Neves indicava que a região tinha 94 igrejas, entre as quais 87 evangélicas, três praças, duas quadras de esportes, 10 campos de futebol, um posto policial (desativado no período da pesquisa), três creches, cinco escolas estaduais, três escolas municipais, uma ONG que oferece serviços de educação informal com reforço escolar e cursos profissionalizantes, um hospital inicialmente destinado a pacientes portadores de hanseníase, além de duas unidades de saúde. A região conta também com um Centro de

Referência da Assistência Social (CRAS) e três indústrias (IJSN, 2009).

## A Pesquisa

A metodologia adotada faz parte da pesquisa de vitimização que consistiu de três abordagens principais. Uma quantitativa, do tipo *survey*, em que se aplicou um questionário à população acima de 15 anos, residente nos bairros que integram a região pesquisada, compondo, assim, uma amostra aleatória de 848 moradores; e duas pesquisas qualitativas, com 12 entrevistas em profundidade com diferentes representantes da liderança local e cinco grupos focais (um com adolescentes de 12 a 15 anos; um com jovens de 19 a 26 anos; um com mulheres de 43 a 55 anos; um com homens de 28 a 59 anos; e um com profissionais atuantes em serviços públicos ou filantrópicos da região).

Devido ao grande número de dados coletados e à especificidade de alguns, neste artigo discutiremos apenas os resultados dos grupos focais realizados com os jovens e os adolescentes, dando destaque aos aspectos da violência urbana que atingem de forma específica esse segmento.

## Participantes

Ao todo participaram da pesquisa 13 adolescentes e jovens distribuídos em dois grupos focais. No primeiro grupo estiveram presentes sete jovens na faixa etária de 19 a 26 anos, sendo dois do sexo feminino e cinco do sexo masculino. Do segundo grupo participaram seis adolescentes na faixa etária de 12 a 15 anos, sendo três do sexo feminino e três do sexo masculino.

Os critérios de seleção dos participantes dos grupos foram: a) Ser morador(a) da região de Nova Rosa da Penha; b) Ter diversidade de localidade de moradia dentro da região; c) Ser representativo de uma dada faixa etária, no caso jovens e adolescentes.

## Grupo de Foco

A entrevista com grupos focais “é uma técnica de coleta de dados cujo objetivo principal é estimular os participantes a discutir sobre um assunto de

interesse comum; ela se apresenta como um debate aberto sobre um tema” (Boni & Quaresma, 2005, p. 73). **NÃO CONSTA NAS REFRÊNCIAS.** O objetivo do grupo focal é reunir pessoas cujas ideias e opiniões são de interesse da pesquisa e necessárias para a compreensão do tema pesquisado. Nessa pesquisa, os grupos foram formados por sete e seis participantes jovens e adolescentes, respectivamente, alguns conhecidos previamente e outros não. Os indivíduos foram indicados pela escola (na maioria dos casos dos adolescentes) ou por algum dos participantes de outros grupos focais ou mesmo por outros residentes do bairro. Na maioria dos casos, o convite para a participação da pesquisa ocorreu por telefone com antecedência de pelo menos dois dias. Para garantir a participação deles oferecemos transporte para o deslocamento da residência até o local onde aconteceram os encontros. Somente um participante não utilizou o serviço de transporte oferecido.

O debate com o grupo focal foi orientado por uma mediadora (psicóloga) acompanhada de outros dois membros da equipe de pesquisadores que ajudaram na organização do grupo e no registro dos conteúdos. Os grupos tiveram duração média de uma hora e trinta minutos. As reuniões aconteceram na sede de uma associação localizada em um bairro central da região. Os encontros foram marcados em dias e horários de acordo com a disponibilidade dos participantes, sendo que o grupo de jovens ocorreu no sábado pela manhã e o de adolescentes na segunda-feira à tarde. Cada encontro foi iniciado com a apresentação dos participantes, com a explanação dos objetivos da pesquisa e com a leitura do termo de consentimento livre e esclarecido com o qual todos concordaram mediante a assinatura. No caso dos adolescentes foi solicitada a autorização também dos pais ou responsáveis.

O debate foi mediado por assuntos organizados em três blocos: 1) A realidade violenta no bairro e região: como entendem a violência; quais os tipos de violência mais comuns na região, como a violência afeta seu grupo específico; 2) Como julgam a realidade: o que as pessoas (moradores) fazem quando ocorre algo violento, qual a participação da polícia no enfrentamento da violência? Qual a participação da comunidade no enfrentamento da violência? Qual a participação do poder público no enfrentamento da violência? Qual a participação das igrejas e da sociedade civil organizada? e 3) O agir coletivo: o que esperam da sociedade,

do Estado, do município e da polícia no combate à violência na região. Estes três blocos conduziram também a organização e análise dos resultados em categorias.

## Resultados e discussão

### A violência vivida por jovens e adolescentes

Tanto os jovens quanto os adolescentes apontaram a ocorrência de diversos tipos de violência na região, como: violência doméstica, tentativa de roubo à residência, tentativa de homicídio e homicídio, o que sugere que a violência está tanto no espaço privado quanto no público. Os tipos de violência citados tiveram proximidade com as experiências de cada um, como o caso de violência doméstica sofrida por uma vizinha que foi relatado por um adolescente.

Perto da minha casa, na frente da minha janela (...) chegou na casa dela chutando o portão (...) praticamente ela traiu ele, mas podia ter sido de outro jeito, né? Aí, ele chegou e tacou pedra, bateu na cabeça dela, chutou (...). (Adolescente 2)

Foi relatada, sem muitos detalhes, uma tentativa de assalto à residência de um dos participantes. Outro crime exposto na discussão como comum na região se relacionava ao homicídio ou à tentativa de homicídio. O alvo da tentativa de homicídio não era propriamente o participante, mas um parente próximo que estava envolvido com drogas. Quanto ao homicídio relatado, percebemos que foi proveniente de um desentendimento entre duas pessoas, sendo a vítima amiga de um dos participantes. Eles relataram também que muitos amigos já foram mortos, além de parentes, principalmente por estarem ligados ao tráfico de drogas. Esses dados corroboram os resultados encontrados por Melo, Barros e Almeida (2011) nos quais os adolescentes também associaram a violência ao tráfico de drogas.

A experiência com o mundo das drogas foi um tema que nos chamou a atenção devido ao espaço de tempo ocupado no debate com os adolescentes. Entre os jovens, o tema despertou interesse no debate, mas percebeu-se que estavam menos afetados pelo assunto ou que este já era um tema banalizado no seu cotidiano. Ao contrário, entre os



adolescentes é um assunto emergente visto que eles estão em uma idade na qual a oferta de consumo e de envolvimento com o próprio tráfico começa a aparecer como uma realidade em suas vidas sem, contudo, que eles estejam preparados para responder adequadamente a essas demandas. Alguns contaram que já foram convidados a experimentar, mas que, por orientação da mãe ou de colegas falando que “se entrar neste mundo não tem muita opção... a morte é o final”, preferiram não se arriscar. Também evidenciaram que o envolvimento com o tráfico na região começa muito cedo – crianças menores de 10 anos de idade já são utilizadas pelo tráfico como “aviõezinhos” (transportadores de drogas), indicando que o uso da droga pode também começar muito cedo.

Para os jovens o tráfico de drogas é visto como uma das possíveis “causas” da violência, mas a droga em si e seu consumo não. Para eles as raízes da violência são mais profundas, estão na organização da sociedade como um todo, no acesso desigual à educação, aos bens e serviços. Dessa forma, segundo o relato de alguns desses jovens, ao viver numa região violenta como a que eles vivem, pode-se aprender a se portar também de forma violenta.

A sociedade ela cria pessoas diferentes, por exemplo, pessoa que mora em bairros nobres, ou que tem uma condição de estudar um pouquinho mais aprende a controlar, saber se portar em certas ocasiões e tudo mais, coisa que em bairros carentes como Nova Rosa da Penha e outros aí não acontece, ao contrário, né, aqui quanto mais você cresce mais você vai aprendendo que tem que ser de uma outra forma, né? (Jovem 1)

Bronfenbrenner (1996) nos expõe com muita clareza o papel da sociedade com seus aparelhos ideológicos, suas crenças e sua cultura para a formação e desenvolvimento da pessoa humana, de forma a orientar que parte do que somos depende de como a sociedade nos vê e do quanto ela oferece de valores para nossa formação.

A violência escolar mereceu destaque especial para os adolescentes uma vez que um dos participantes vivenciou, naquele dia, uma circunstância na qual foi encurralado e cujo desfecho quase foi a agressão física por parte de um grupo de alunos da mesma escola em que estuda. Em seu relato, não havia clareza dos motivos reais que levaram o grupo de cinco alunos a iniciar a confusão.

Eu tava saindo da escola hoje e teve um mal entendido por causa de um menino, tinham uns cinco querendo me bater (...) mais de cinco (...) começou por causa de um menininho deste “tamanzim” [e] por causa de uma menina. Eu acho que foi isso, nem eu entendi direito (...). Eu tava saindo da escola e vieram querendo me bater [mas] como eu não sou de brigar em escola, nunca fui e nem quero, então eu já evitei (...). (Adolescente 1)

Segundo ele e outros participantes, as brigas na escola são constantes, praticamente diárias, uma vez que contextos de agressão diversos são criados a todo instante pelos alunos, principalmente como forma de demonstrar poder e adquirir popularidade: “Se você bate na escola é como se você virasse celebridade, porque você bateu. (Adolescente 2)”

Observamos que atos violentos parecem estar relacionados tanto à agressão física quanto à verbal, embora a maior parte do grupo tenha relatado suas percepções de violência majoritariamente ligadas a prejuízos físicos. Duelos que ocorrem tanto dentro quanto na frente da escola raramente são punidos, pois apesar de haver uma legislação específica que proíbe brigas no ambiente escolar e em suas redondezas, ela não é respeitada pelos alunos, nem cumprida pela direção da escola.

Tem norma, só que eles não obedecem (...) é que, brigou fora da escola, a diretora fala que não tem mais nada a ver. Então, do portão pra fora eles não estão mais nem aí (...). E tem uma norma que fala “não pode bater na frente [da escola]”. (Adolescente 1)

Nas brigas escolares, parece haver respeito a alguns rituais, como, ter respaldo do seu grupo de amigos no momento das agressões, de forma que os colegas garantem que ninguém consiga interferir para finalizar a luta corporal. Além disso, os participantes relataram que mesmo aqueles que nunca se envolvem em brigas estão submetidos à lei do silêncio – não delatar os agressores.

Um vai bater (...) aí, tipo, os amigos dele fica (sic) em volta e não deixa (sic) ninguém separar (...). Não há nenhum limite pra parar (...) até que vai um maior pra separar quando a pessoa já tá no chão não aguentando mais nada (...). (Adolescente 3)

Os participantes também contaram episódios nos quais foram vítimas de agressões verbais e físicas por parte de professores que pareciam estar pouco comprometidos com o ensino, rompendo com a lei (Brasil, 1990) e a normativa para a educação (Brasil, 2007), nas quais versam a proibição da violência física e simbólica como meio para a resolução de conflitos entre professores (autoridades) e alunos. No entanto, foi a mobilização estudantil, através de protestos e passeatas que surtiu efeito para frear certos abusos tais como o relatado:

Eu tinha um professor que xingava. Chamava o menino de macaco; (...) ele [o professor] mandava o menino dar licença da sala e o menino falava “eu não vou sair não”, aí ele pegava e tacava a cara do menino na parede (...) pra mim [isso] é errado. (Adolescente 3)

Dados semelhantes foram encontrados por Abromovay, Cunha e Calaf (2009) que encontraram relatos do tipo “a professora me bateu hoje, ela me jogou na porta porque eu pedi pra beber água” (p. 296) entre os estudantes de escolas públicas do Distrito Federal.

Contudo, observamos que o ambiente escolar, acerca do qual houve diversos relatos de vitimização dos participantes, se mostrou ainda como aquele em que estes adolescentes conseguiram se enxergar também como agentes da violência, prioritariamente física.

Quando ela fez assim com a mão, eu voei na cara dela, derrubei no chão e peguei a cabeça dela e fui na parede e fiquei batendo, batendo e batendo (...) fui pra matar (...) e fui batendo e batendo, sem dó, parecia que nem era eu. Mas eu batia sem dó, até que alguém gritou a coordenadora, aí eu larguei ela lá e saí correndo (...) ela ficou caída no chão (...) aí depois eu não fiquei sabendo mais (...) ela saiu da escola (...). (Adolescente 4)

Entre os jovens, os relatos de violência sofrida giraram mais em torno da atuação da polícia. Um aspecto que merece destaque quando se trata da polícia são os relatos de humilhações que estes jovens ou seus parentes e amigos sofreram pelos policiais, nos momentos da abordagem e da revista, que são feitas, muitas vezes, de forma violenta, degradante, como fica claro no relato deste jovem:

Teve uma vez que eu tava saindo de casa, isso aqui é verídico, eu e um colega meu tava comendo um bombom, saí de casa com um celular, camisa na mão, aí virou pra mim a polícia assim “encosta ali no carro, encosta no carro”, aí eu não fui por trás, tava com meu chocolate, continuei comendo meu chocolate tranquilo, os cara meio bolado assim, e eu tava, aí o policial chegou assim, revistou eles, aí não encontraram nada não, aí eu fiquei por último, ele viu que era chocolate, ainda perguntou “que que é isso?”, “chocolate”, “isso na sua mão?”, “meu celular”, “**é, cuidado que à noite chocolate vira droga e celular vira arma**”, olhei pra cara deles assim “ô rapaz, eu moro aqui, eu já nasci aqui”, ele “**é, só to falando cuidado**”. (Jovem 6).

Também é recorrente a fala de que, independente de onde se estiver, quando alguém diz que mora na região de Nova Rosa da Penha, os policiais agem com desrespeito, partindo do princípio de que quem mora nessa região, tida como violenta, perigosa, provavelmente também está envolvido com o crime.

Tem um ditado que fala “me diga com quem tu andas e eu te direi quem tu és”. Hoje em dia eles não se resumem só nisso. Hoje em dia, eles se resumem em “me diga onde tu moras, que eu te direis quem tu és”; “me diga o que tu vestes, que eu te direi quem tu és também”. (Jovem 6)

Dados semelhantes foram encontrados na pesquisa com jovens de bairros periféricos do Distrito Federal. Eles também disseram sofrer discriminação devido ao local de moradia tanto pela mídia quanto por moradores de outras cidades não periféricas, revelando uma percepção de assimetria do espaço urbano (Abramovay, Waiselfisz, Andrade & Rua, 2004).

Essa violência vai além do local de moradia dessas pessoas, abrange também o vestuário e a aparência. Algumas marcas específicas, alguns estilos de roupa, que são muitas vezes utilizados por certos grupos, especialmente entre jovens, até mesmo como uma identificação do grupo, como uma forma de demarcar o território grupal, podem causar estranhamento na sociedade e a exclusão deste segmento social. É o que acontece, por exemplo, com alguns estilos de roupa comumente usados entre pessoas que frequentam bailes de funk e que acabam por carregar uma marca de marginalização, o

que faz que sejam discriminados até mesmo pela polícia.

Um tempo atrás pegou e aconteceu isso com meu marido num baile funk. O policial, sem mais e sem menos, ele meteu o porrete nele (...). Eu vejo muito pelo o que ela colocou, de roupa, de ser uma marca hoje, bastante visada, como marginalizada também, são as características da marginalização que hoje passam pela sociedade. (Jovem 5)

Às vezes eu gosto de uma roupa da *Ciclone* porque ela é de veludo e eu não gosto de uma roupa da *Ciclone* porque ela já tem uma discriminação. (Jovem 6)

### O que sentem diante da violência?

A violência que vivenciam em suas comunidades, especialmente entre jovens da mesma faixa etária, gera insegurança e uma sensação de que é preciso precaução para que esta violência não atinja também sua própria família, como afirmou um jovem: “Sei lá, eu me sinto assim, com vontade de proteger mais minha família, entendeu?” (Jovem 1).

Os adolescentes consideram que a região onde vivem é violenta, mas que a violência está em todo lugar. Consideram que o fato de bandidos famosos na região estarem presos é um fator importante para a sensação de que o bairro, hoje, tenha uma violência mais controlada. No entanto, relataram situações nas quais tiveram que se submeter a toques de recolher, cuja orientação era “não sair de casa para evitar a morte”. Um participante relatou que o único medo que tem em relação à região é o da ocorrência de algum tiroteio.

### A (in)eficiência do Poder Público

Todos os adolescentes participantes demonstraram ter uma visão negativa da polícia, assim como do poder público em geral. Disseram não ter conhecimento de nenhuma ação no bairro para combater a violência, por parte do governo municipal, estadual ou federal, e descreveram o exercício policial na região como compatível com ações de corrupção do tráfico de drogas, roubo para revender a terceiros e negligência quando presenciam algum delito.

A maioria das vezes não [fazem nada] porque a maioria dos policiais tem “rabo preso” com eles aqui (...). O carro de polícia passa e o policial não faz nada e o cara tá mexendo com droga, arma (...). Eu falo assim “Nossa Senhora, por quê? Que policial é esse?” (Adolescente 4)

Os jovens também manifestaram descrédito em relação à polícia que é tida como despreparada, violenta e corrupta (sendo comparada aos bandidos). Ademais, falta uma atuação preventiva, não apenas após o acontecimento de crimes na região, mas também para evitá-los; há a necessidade de policiamento fixo e contínuo nos bairros, a fim de inibir a ação de bandidos, em especial, os envolvidos com o tráfico de drogas – “Aqui a polícia não serve de nada, só serve pra chegar e fazer você passar humilhação lá fora” (Jovem 6).

Os adolescentes narraram que nem mesmo as igrejas, as escolas ou o movimento comunitário executam ações ou promovem discussões em relação à violência na região. No entanto, das poucas ou quase inexistentes iniciativas, a Igreja Católica foi mencionada como a instituição que promove algumas ações no combate à violência.

Os jovens demonstram certo pessimismo em relação às possibilidades de combate dessa violência pela polícia; sentem-se impotentes frente ao poder; à autoridade que o órgão da polícia representa e esperam a ação do Estado para que ocorram mudanças nessa situação.

[...] A questão que colocaram aqui sobre os policiais... **é uma coisa absurda**, né? Você morar num lugar, você viver, pagar seus impostos e tudo mais e quando chega a hora que você precisa de algo que foi criado aí pra te proteger, pra proteger a sociedade, você sentir, se sentir ameaçado por ela? (Jovem 4)

No entanto, junto com o pessimismo, aparece também a indignação de ter seus direitos feridos enquanto cidadãos, o que gera, ainda, ideias e sugestões de ações para melhorar a situação. Um exemplo mencionado por eles é a implantação da polícia pacificadora que se caracteriza por ser uma polícia menos repressiva, menos violenta e que tem mais contato com a comunidade.



### O que esperam dos governos e da sociedade?

Uma situação que foi bastante explorada pelos jovens do grupo para ilustrar a falta de investimento dos governos na região foi o pedido de ajuda feito por policiais e por alguns moradores da região para a reativação do posto da PM, o que não é uma obrigação do povo, e, sim, do Estado, como nos contam indignados alguns participantes:

“Agora, pedir a ajuda dos moradores pra reformar um posto policial, eu acho absurdo demais. Fazer mutirão pra isso? Cadê o prefeito do bairro? Pra onde tá indo o dinheiro dos impostos?” (Jovem 1).

Apesar das reclamações sobre os investimentos dos governos, os jovens também reconhecem que, algumas vezes, a própria população também não conserva os bens e serviços já construídos pela prefeitura e pelo estado, destacando o fato de que isso também é uma violência e que, assim como o estado, a sociedade também tem os seus deveres – “Isso aí é de todos, né? O Estado constrói e é dever da gente manter aquilo ali. Aqui tem uma violência muito grande chamada vandalismo” (Jovem 1)

Para discutir formas de garantir a efetiva participação e o exercício da cidadania da população, mais uma vez os jovens utilizam exemplos de situações de vandalismo e de pichação dos patrimônios públicos, reforçando que deve haver parceria entre o poder público, que deve construir os espaços e equipamentos públicos, e a população, que deve cuidar e preservar.

### O que sugerem para diminuir a violência?

Entre as sugestões apontadas pelos participantes para o combate à criminalidade na região foi unânime entre os adolescentes e jovens a necessidade de um policiamento mais qualificado e mais efetivo. Também foram destacadas as seguintes ações: conscientização da população sobre a temática da violência; promoção de atividades laborais e cursos nas prisões; oferecimento de cursos de qualificação profissional para os moradores da região; mais investimento em segurança nas escolas e nas áreas de lazer; e pavimentação das ruas dos bairros para facilitar a circulação da polícia.

O policiamento também foi mencionado entre as sugestões dos adolescentes do estudo de Melo, Barros e Almeida (2011). Semelhante aos adolescentes e jovens do nosso estudo, e ainda que eles apresentem críticas ao tipo de policiamento existente, eles demonstram acreditar num sistema de justiça que venha a exercer um papel protetivo e preventivo.

### Considerações finais

A violência que atinge adolescentes e jovens residentes na região pesquisada é percebida de forma peculiar, conforme a faixa etária. Entre os jovens, a violência se mostrou mais institucional, vinda principalmente da polícia, de forma discriminatória contra seu estilo de se vestir e seu local de moradia. Entre os adolescentes foi mais perceptível nas relações interpessoais dos próprios moradores, em espaços como a escola e nos arredores, e como fruto do envolvimento com as drogas.

Ainda que as drogas sejam associadas de forma inequívoca à violência (Ribeiro, Rosa e Garcia, 2006) é por meio delas que a violência tem sido percebida pelos adolescentes. Schenker e Minayo (2005) expõem que, entre os fatores de risco para o uso de drogas na adolescência, está o uso prévio de substâncias lícitas ou ilícitas, mesmo que em pequena quantidade; características das famílias; o envolvimento com pares que aprovam ou já fazem uso de alguma substância ilícita; a escola quando é um lugar vulnerável para o assédio dos adolescentes pelos traficantes; a disponibilidade de substâncias na comunidade e a mídia que associa o uso de drogas lícitas ao bem-estar e à fama. Entre os fatores de proteção, as autoras indicam ações positivas nesses mesmos seis domínios da vida dos adolescentes, alertando para uma análise conjunta deles. O efeito positivo dos fatores de proteção é perceptível quando o adolescente é capaz de construir sua resiliência e consegue dar respostas positivas mesmo em ambientes que apresentam riscos (Poletto & Koller, 2008; Schenker & Minayo, 2005).

Os vários relatos desses adolescentes sobre a violência na escola e as circunstâncias em que ela acontece evidenciam que a escola, nessa região, tem sido um fator de risco para a violência, assim como também indicam os resultados de Abromovay, Cunha e Calaf (2009) ao pesquisarem a violência nas escolas públicas do Distrito Federal. A ausência de espaços

para a mediação dos conflitos e a falta de pessoas que possam servir de referência e exercer o papel de mediadores entre os adolescentes, e entre estes e os professores, são fatores que fragilizam o papel da escola como um espaço de socialização e desenvolvimento positivo. Abramovay, Cunha e Calaf (2009) alertam que “conflitos entre alunos, ou entre alunos e professores, podem ser bastante positivos na resolução de questões de ordem prática ou estrutural, desde que mediados pela escuta, respeito mútuo e diálogo” (p. 276). É também o que propõem as diretrizes para a construção da cidadania nas escolas públicas, nas quais as atividades propostas pelos professores devem primar pelo respeito e apreço pelas diferenças (Brasil, 2007).

A discriminação que estes jovens sofrem por morar em bairros periféricos – com o estigma de bairros violentos – é apontada como uma violência que prejudica suas relações com jovens de outros bairros e a busca por empregos. De qualquer forma, o forte impacto que tem a violência física ou simbólica vivenciada nas relações cotidianas entre seus pares, ou entre eles e os representantes de instituições (como no caso dos policiais), enfraquece as possíveis soluções para o fenômeno da violência e fortalece as perspectivas de um futuro não muito promissor, ao atribuir ao outro (governos, policiais) a maior responsabilidade na solução para os problemas da população.

Ainda que manifestem um forte descontentamento em relação à atuação da polícia – indicada como cúmplice dos criminosos da região, e muitas vezes violenta na abordagem da população jovem –, é nela que eles depositam a maior esperança de, com ações mais humanitárias e preventivas, obter resultados efetivos na diminuição da violência, que devem contar com a participação efetiva da sociedade local. Como nos lembra Schilling (2000), “enfrentar a questão da violência na perspectiva dos direitos humanos e na consolidação de um Estado de Direito que possa garantir o pleno exercício da cidadania pressupõe uma multiplicidade de ações envolvendo o governo e a sociedade civil” (p. 59). Acerca disso a população adolescente e jovem da região pesquisada já tem consciência, pois além de eles perceberem a si mesmos como autores de violência em determinadas situações, como nas brigas no ambiente escolar e no vandalismo dos espaços públicos, esses jovens e adolescentes manifestaram, talvez ainda sem muita clareza, o desejo de

participar efetivamente do processo de pacificação de seu espaço urbano.

## Referências

- Abramovay, M., Cunha, A. L., & Calaf, P. P. (2009). *Revelando tramas, descobrindo segredos: Violência e convivência nas escolas*. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
- Abramovay, M., Waiselfisz, J. J., Andrade, C., & Rua, M. G. (2004). *Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Aguiar, W. M. J., Bock A. M. B., & Ozella S. (2001). A orientação profissional com adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. In Bock, A. M. B., Gonçalves, M. G. M., & Furtado, O. (Org.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. (pp. 163-178). São Paulo: Cortez.
- Bock, A. M. B. (2007). A adolescência como construção social: Estudo sobre livros destinados a pais e educadores. *Psicol. Esc. Educ. (Impr.)*, 11(1), 63-76.
- Brasil (2007). Ministério da Educação. *Programa ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade: inclusão e exclusão social*. Recuperado em 12 de maio 2012, de <http://mecsrv04.mec.gov.br/seif/eticaecidadania/index.html>
- Brasil (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº. 8.069 de 13 de julho de 1990. Recuperado em 12 de maio 2012, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm).
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Chauí, M. (1999). Uma ideologia perversa. *Folha de São Paulo (Caderno Mais)*. (pp 3-5).
- Gonçalves, H. S. (2005). Juventude brasileira entre a tradição e a modernidade. *Revista Tempo Social*, 17(2), 207-219.
- IJSN (2009), Instituto Jones dos Santos Neves, *Mapeamento dos equipamentos sociocomunitários do estado do Espírito Santo – Primeira Etapa (Levantamento de 2008)*, Vitória, ES.

- Kodato, S., & Silva, A. P. S. (2000). Homicídios de adolescentes: refletindo sobre alguns fatores associados. *Psicologia: reflexão e crítica [online]*, 13(3), 505-515. Recuperado em 14 de abril 2012, de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722000000300018&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722000000300018&script=sci_abstract&tlng=pt)
- Melo, M. C. B., Barros, E. N., & Almeida, A. M. L. G. (2011). A Representação da violência em adolescentes de escolas da rede pública de ensino do município do Jaboatão dos Guararapes. *Ciência & Saúde coletiva*, (16)10, 4211-4220.
- Minayo, M. C. S. (1990). A violência na adolescência: um problema de saúde pública. *Caderno Saúde Pública [online]*, 6(3), 278-292. Recuperado em 02 de maio 2012, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X1990000300005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1990000300005)
- Pegoraro, J. S. (2002). Notas sobre los juvenes portadores de la violencia juvenil en el marco de las sociedades pos-industriales. *Sociologias*, 8(4), 276-317.
- Poletto, M., & Koller, S. H. (2008). Contextos ecológicos promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de psicologia*, 25(3), 405-416.
- Ribeiro, D. B., Rosa, E. M., & Garcia, M. L. T. (2006). Alcoolismo e violência em família: fugindo das armadilhas da simplificação. *Emancipação*, 6(1), 189-204.
- Santos, M. F. S., Alessio, R. L. S., & Silva, J. M. M. N. (2009). Os adolescentes e a violência na imprensa. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(3), 447-452.
- Schenker, M., & Minayo, M. C. S. (2005). Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. *Ciência & Saúde coletiva*, 10(3), 707-717.
- Schilling, F. (2000). Um olhar sobre a violência na perspectiva dos direitos humanos: A questão da vítima. *Revista IMESC*, 2, 59-65.
- Senna, S. R., & Dessen, M. A. (2012). Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(1), 101-108.
- Waiselfisz, J. J. (2011). *O mapa da violência 2011: Os jovens do Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília: Ministério da Justiça.
- Yunes, J., & Zubarew, T. (1999). Mortalidad por causas violentas en adolescentes y jóvenes: un desafío para la Región de las Américas. *Revista Brasileira de Epidemiologia [online]*, 2(3) 102-171. Recuperado em 6 de maio 2012, de <http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v2n3/02.pdf>